

A ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO INSTRUMENTO DE REFLEXÃO DA ESCOLA MUNICIPAL SANTA BÁRBARA, IRARÁ-BA

Eduarda de Jesus Fonseca

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Elezanne de Jesus Fonseca

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Mariluze Gonçalves de Cerqueira

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Rita Nogueira

Faculdade de Tecnologia e Ciências

Klayton Santana Porto

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Resumo: O presente artigo tem como finalidade analisar criticamente o projeto político pedagógico da escola municipal Santa Bárbara, localizada na comunidade de largo velha, município de Irará- BA. Em busca de conhecer o contexto sociocultural da escola do campo na qual está inserida, a ação de leituras do PPP foi antecedida de discussões, textos e fichamentos desenvolvido em encontros semanais a com a preceptora do Programa Residência Pedagógica. Buscamos conhecer a filosofia da escola, sua linha de ação pedagógica e as bases teóricas que sustentam as concepções e identidade de educação do/no campo, sendo uma proposta traga pelo Programa Residência Pedagógica. Quando analisou o PPP, percebeu-se a necessidade de reestruturação do mesmo, no sentido de fundamentação teórica, discussões dos princípios da educação do campo, e adequação do PPP a realidade local.

Palavras-chave: Educação do Campo. Projeto Político Pedagógico. Formação de Professores.

1 Introdução

Este artigo é o resultado de uma análise realizada na Escola Municipal Santa Barbara, que fica localizada na comunidade do Largo Velho, município de Irará, no estado da Bahia. A Escola Municipal Santa Bárbara, trabalha com os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, atualmente possui 857 alunos, é uma escola situada no campo e que desenvolve algumas práticas voltadas ao campo. Este trabalho está sendo desenvolvido durante o Programa de Residência Pedagógica, através da análise do processo de elaboração do projeto político pedagógico em relação a legitimação das Diretrizes Curriculares do Campo no contexto escolar. Para desenvolver a pesquisa proposta iniciou-se com a leitura dos documentos fornecidos pela escola tais como o Projeto Político Pedagógico, que encontra-se

em reformulação para que o mesmo se adeque com e a Proposta Curricular de uma escola do Campo, visando observar de que forma os documentos estão sendo articulados com o propósito de ensino na modalidade de educação do campo.

O projeto político pedagógico tem como sua base uma reflexão acerca da concepção de educação e sua relação com a sociedade em comum, não deixando de lado uma reflexão aos sujeitos que estará sendo formado naquele espaço, tratado de questões vinculadas a cidadania, ao espaço sociocultural, ao trabalho e a emancipação humana. “Segundo Veiga (2002) A construção do projeto político-pedagógico requer continuidade das ações, descentralização, democratização do processo de tomada de decisões e instalação de um processo coletivo de avaliação de cunho emancipatório.” (p. 33)

O projeto político pedagógico (PPP) é um mecanismo capaz de proporcionar a comunidade escola condições de poder planejar, de reunir pessoas e recursos para melhoria desse projeto, para assim desenvolver trabalhos pessoais e coletivos com responsabilidades e objetivos de todos.

A Educação do/no Campo é um direito dos povos, direitos garantidos por lei através de muita luta. E também é uma modalidade de ensino que ocorre em espaço rural e em especial para a população que vive no campo. Caldart afirma:

Uma escola do campo não é afinal, um tipo diferente de escola, mas sim é a escola reconhecendo e ajudando a fortalecer os povos do campo como sujeitos sociais que também podem ajudar no processo de humanização do conjunto da sociedade, com suas lutas, sua história, seu trabalho, seus saberes, suas culturas, seus jeitos (CALDART, 2004, p. 110).

Ao estudarmos a trajetória da educação do campo é perceptível que no sistema de ensino brasileiro, a educação foi pensada para dar conta das demandas urbanas, é válido ressaltar que a educação para a população do meio rural, nunca tivera políticas específicas, o atendimento a educação se deu através de campanhas, projetos e\ou políticas compensatórias, sem levar em conta as formas de viver e conviver dos povos do campo, que ao longo da história foram excluídos enquanto sujeitos do processo educativo.

A própria Constituição de 1988 mostra-se falha ao apenas garantir o acesso à educação das populações que vivem no campo, não instituindo políticas públicas que viessem a projetar uma educação voltada às singularidades do campo. Apenas com a promulgação da LBD - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei no 9.394/96, é que o Estado reconhece a necessidade de pensar a diversidade sociocultural e o direito à igualdade e à diferença, possibilitando à educação do campo a definição de diretrizes operacionais.

Assim, a pesquisa buscou compreender de que forma será recebido o documento norteador e como será trabalhado no Projeto Político Pedagógico (PPP) e na Proposta Curricular da escola, a fim de legitimar uma educação voltada a comunidade do campo. E como recurso metodológico utilizou-se o estudo exploratório, no intuito de promover a aproximação do objeto de estudo.

É necessário e possível, portanto, se contrapor à lógica de que a escola do campo é escolas pobres, ignoradas e marginalizadas, numa realidade de milhões de camponeses analfabetos e de crianças e jovens condenados a um círculo vicioso: sair do campo para continuar a estudar e estudar para sair do campo. Reafirmamos que é preciso estudar para viver no campo (KOLLING, 2002, p. 18).

Essa é a realidade das comunidades do campo, pois desde cedo os sujeitos do campo são direcionados a sair do campo para buscar conhecimento, pois falta estrutura de bases nas escolas do campo, e as escolas da cidade mostra o campo como atraso, incentivando que o mesmo seja deixado.

O objetivo desse trabalho se consistiu em compreender a análise do projeto político pedagógico (PPP) da Escola Municipal Santa Barbara, como instrumento de reflexão da comunidade escola. Esse trabalho torna-se relevante na medida em que tomamos conhecimento sobre a realidade da comunidade escolar e apresentar a relevância deste estudo para a escola, para os educadores da escola e para a comunidade científica.

2 Algumas concepções sobre o Projeto Político Pedagógico

Nos últimos anos, o sistema educacional brasileiro vem exigindo das esferas federal, estadual e municipal que suas unidades escolares elaborem seus Projetos Políticos Pedagógicos a partir dos parâmetros criados pelos próprios órgãos em que são atribuídas as responsabilidades pelos sistemas de ensino, dentro da respectiva esfera. Conforme a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 (BRASIL, 1996) a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) faz parte da pauta de atribuições do professor.

Tal expressão aparece em seu Título II, artigo 13, parágrafos “I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino” e “II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino” (BRASIL, 1996). Contudo, percebemos ainda que exista a necessidade de dar a devida importância ao Projeto Político Pedagógico, ou seja, não apenas o considerando como um mero documento, mas como uma ferramenta que norteia todo o trabalho pedagógico da instituição escolar.

Neste percurso, esta pesquisa se interessa a princípio, em analisar as concepções e os diferentes posicionamentos que autores renomados têm sobre o assunto. Para tanto, selecionamos aqueles que se dedicaram, em especial, à participação do docente na elaboração deste instrumento que norteia todo o trabalho pedagógico da escola. Assim, a construção do Projeto Político Pedagógico, bem como sua utilização como instrumento de estudos e reflexões, ganham destaques a partir da década de 1980, momento em que ocorrem propostas de tendências atuais de gestão escolar seguidas de diferentes concepções em relação ao trabalho realizado no interior da escola.

O Projeto Político Pedagógico surge nesse contexto como instrumento responsável pela “organização do trabalho pedagógico na escola como um todo” (VEIGA, 1995, p. 11), elemento de extrema importância para que de fato ocorra significativa transformação do espaço escolar. Tal instrumento é tido como elo entre as práticas e as maneiras de como organizar o trabalho pedagógico no interior da unidade escolar.

O Projeto Político Pedagógico “é um instrumento clarificador da ação educativa da escola em sua totalidade” (VEIGA, 1998, p. 12). Mesmo assim, já neste momento, muitas escolas apresentavam inúmeras dificuldades que iam desde a construção das análises que o exigia até nos encaminhamentos das discussões então necessárias sobre o Projeto Político Pedagógico, as quais existiam por “um certo ecletismo pedagógico, no qual estão presentes, de maneira contraditória, elementos das diferentes tendências da educação escolar” (FUSARI, 1993, p.70). Tal sentimento existia pelas diversas posições, e muitas delas antagônicas, ocasionadas nos momentos das discussões do Projeto Político Pedagógico.

Fusari (1993) aponta que havia uma falta de entendimento, por parte dos professores envolvidos na construção do Projeto Político Pedagógico, em relação à identificação dos problemáticos problemas básicos da própria unidade escolar:

Em alguns casos existe uma visão superficial e desarticulada da enfrentada, que não chega a distinguir o que é problema estrutural da sociedade e penetra na escola do que é conjuntural, específico do infra escolar e dos problemas que têm suas causas na interação do estrutural, do conjuntural e do escolar. (p.71).

Ainda o mesmo autor, afirma que a falta de clareza das finalidades que se propõe com à elaboração coletiva do Projeto Político Pedagógico, gerava o discurso entre os professores que justificavam tais dificuldades neste momento de construção deste instrumento, relacionando os fatores:

Professores desarticulados de uma percepção e compromisso com a visão de totalidade do currículo escolar; faltas e a rotatividade de professores nas escolas; ausência de momento próprio no calendário escolar para articulação dos educadores; ausência de um trabalho coletivo e de vivência de uma proposta de trabalho curricular interdisciplinar; entre outros. (FUSARI, 1993, p 71-72).

Diante deste discurso, percebemos o quanto a escola perde se não considerar a importância de os docentes abraçarem a ideia da construção do Projeto Político Pedagógico e com este instrumento assumir o compromisso em relação às valiosas contribuições de suas práticas pedagógicas e possíveis sugestões que poderão ser planejadas e executadas em prol da melhoria na qualidade da educação da unidade escolar.

3 Metodologia

Para desenvolvimento desta pesquisa, iniciamos com a leitura do documento da Escola, o Projeto Político Pedagógico já existente, buscando entender de que forma o PPP está articulado com o propósito de ensino na especificidade de educação do/no campo.

A utilização do documento proporciona ao pesquisador acrescentar a dimensão do tempo, percebendo a riqueza presente no material estudado, na compreensão do social. A pesquisa com análise documental incrementa o entendimento de objetos em que a compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural, racial, sociopolítica. Segundo Figueiredo (2007), é impossível transformar um documento; é preciso aceitá-lo tal como ele se apresenta, às vezes, tão incompleto, parcial ou impreciso.

Na busca por elementos que valorizem a educação do campo e seus princípios, pensando a educação com suas especificidades para atender as singularidades, é que é proposto, por meio do Programa Residência Pedagógica, na perspectiva de formação de professores, a realização da análise crítico-reflexiva sobre o PPP da escola, pelo qual foram desenvolvidas as práticas docentes.

O documento foi estudado em encontros formativos, por residentes, preceptora e orientador, divididos em grupo de estudos. Esses encontros têm acontecido uma vez por semana, no município de Irará- BA, tendo início no mês de agosto de 2018. As análises e estudos sobre o PPP duraram cerca de cinco meses. Nestes encontros, estudos foram desenvolvidos, como também análises de teóricos para as referências e fichamento de suas obras, análise crítica do PPP, a qual está sendo descrita, nos meses de dezembro/2018 e janeiro/2019. O estudo consistiu em realizar um aprofundamento nas releituras das obras, desenvolvido como estudos sobre metodologia de pesquisa. Este período de formação através da residência foi visitado a escola para conhecer sua rotina, seu funcionamento e conhecer, conseqüentemente, a realidade local.

4 Análise das Leituras e dados coletados

Através da análise do PPP da Escola Municipal Santa Bárbara foram encontradas respostas e indagações em relação à identidade da escola de campo, pois, neste documento, deveriam estar estabelecidos os conteúdos, as metodologias, as avaliações a serem desenvolvidas na escola na perspectiva da educação do campo, voltada para atender as demandas dos estudantes da educação do campo, tendo como base a formação humana, a construção da cidadania do campo, os princípios da educação do campo disposto no Decreto 7352/2010 (BRASIL, 2010), desde modo a compreensão de campo é para além da base de produção, é território, cultura, produção da vida, onde se dá as relações entre homem e a natureza.

Uma escola do campo não é, afinal, um tipo diferente de escola, mas sim é a escola reconhecendo e ajudando a fortalecer os povos do campo como sujeitos sociais, que também podem ajudar no processo de humanização do conjunto da sociedade, com suas lutas, sua

história, seu trabalho, seus saberes, sua cultura, seu jeito [...] CALDART (2003, p. 66).

No entanto, pensar em uma escola do campo é principalmente compreender os diversos conjuntos de transformações que a realidade vem exigido desses sujeitos do campo, seja de questões sociais, culturais, políticas, ambientais ou econômicas. A educação do campo é um projeto de desenvolvimento territorial que busca uma educação de qualidade voltada para a necessidade da população camponesa.

Após a análise dos documentos descritos anteriormente, refletiu-se sobre a parte pedagógica da comunidade escolar, no intuito de permitir o levantamento de dados que possibilitem a reflexão sobre a identidade da escola de campo. Ao analisar o PPP, percebeu-se a necessidade de reestruturação do mesmo, no sentido de fundamentação teórica, discussão dos princípios da educação do campo, e adequação do PPP à realidade local.

Dessa maneira, o projeto político pedagógico da escola do campo implica partir da realidade e de uma concepção de educação dialética. Por isso a elaboração e a implementação devem ser coletivas e discutidas. Nesse sentido, o PPP deve levar em conta as experiências educativas dos movimentos sociais do campo e superar a dicotomia entre escola rural e escola urbana. Para tanto é preciso buscar a visão de totalidade e igualdade social e de respeito as diversidades culturais para que o campo seja uma opção de vida, de trabalho, de desenvolvimento social, de cultura constituída por meios de políticas públicas e de cidadãos sujeitos de direitos (SOUZA et al., 2008, p. 28).

A aquisição de um PPP da escola do campo, tem que haver a participação dos sujeitos na sua elaboração e implementação, para assim supri realmente as necessidades desses sujeitos envolvidos, e tornando-se uma ferramenta importante na busca de integração das comunidades e da escola superando dificuldades e mostrando aos alunos a grandeza da educação do campo.

Tomando como premissa de que a construção da educação do campo para se constituir em um processo democrático requer uma ação articulada Estado e sociedade civil, no sentido de que sejam viabilizadas as condições políticas para que as decisões tomadas coletivamente e sejam consideradas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/ 96, (BRASIL, 1996) aborda a questão da democratização da educação, ao tratar da gestão democrática, do pacto entre as instâncias federativas, entre outros aspectos.

Outro ponto que foi analisado é que o PPP já existente está bem elaborado, que as ações propostas são viáveis, que já são alcançados alguns objetivos, porém este aspecto não atende especificamente à educação do campo, que é o foco deste trabalho. O currículo jamais poderá deixar de lado o contexto social, já que ele é historicamente situado e culturalmente determinado.

Um artefato social e cultural. Isso significa que ele é colocado na moldura mais ampla de suas determinações sociais, de sua história, de sua produção contextual. O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculada às formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação (MOREIRA; SILVA, 1997, p. 8).

O que podemos ressaltar é que o currículo está implicado na relação de poder e em conjunto com a união das práticas educacional, administrativas e políticas. Focando sempre na realidade dos sujeitos e na valorização da identidade dos envolvidos.

Como resultado de diálogo na própria Escola, verificou-se que o PPP foi elaborado pelos segmentos da comunidade escolar, após reuniões e discussões coletivas. Entretanto, não foi ressaltado o aspecto peculiar de ser a Escola de território rural, buscando integrar no PPP esta importante condição e, conseqüentemente, necessárias ações visando à melhoria dos alunos, filhos de produtores rurais e da Escola como um todo. O local que permite dar aos segmentos da comunidade escolar (gestão, professores, alunos, pais e comunidade em geral) direcionamento para este fim é o Projeto Político Pedagógico, que através da Proposta Pedagógica possibilitará ações voltadas a esse propósito de pertencimento à educação do campo. As demais ações de educação do campo estabelecem que a participação das comunidades seja uma estratégia fundamental para a formação do mesmo.

Segundo CALDART (2008), Não se trata de propor algum modelo pedagógico para as escolas do campo, mas sim de construir coletivamente algumas referências para processos pedagógicos a serem desenvolvidos pela escola, e que permitam que ela seja obra e identidade dos sujeitos que ajudam formar, com traços que a identifiquem com o projeto político e pedagógico da Educação do Campo. (p. 10)

A educação do campo faz uma conexão com a teoria pedagógica desde a realidade dos camponeses, sempre preocupada com a educação da população trabalhadora do campo, e principalmente com a formação humana.

5 Considerações finais

O PPP está relacionado com a organização pedagógica e as ações de uma Unidade Escolar devem estar projetadas neste documento, pois ele oferecerá caminhos indispensáveis ao trabalho pedagógico e apresentará, acima de tudo, a identidade da Escola e de seu entorno.

A não inserção dos aspectos peculiares à educação do campo no PPP da escola Santa Bárbara talvez seja porque os sujeitos da referida comunidade não tenham acesso a tal conhecimento, pois falta a eles uma formação política que promova o envolvimento direto nas relações sociais, tornando-se capazes de intervir.

A educação do campo apresenta uma forte vinculação com os movimentos sociais, pois o mesmo tem em suas bases os movimentos sociais, e surgiu a partir da necessidade desses militantes que lutam por uma sociedade igualitária tendo assim uma forte inserção em lutas sociais, principalmente a luta pela terra e cria um movimento de articulação em prol da Educação do campo e tem como objetivo a ampliação de espaços políticos e também a busca de reconhecimento de novas identidades e grupos sociais no interior dos diversos sistemas políticos. Percebe-se que não se faz representar no PPP estudado.

Foi informado pela comunidade escolar que o PPP se encontra em revisão para a reestruturação, buscando atender as demandas da educação como princípio formativo. Fato que se considera como positivo, tendo em vista que a hora é esta. É o momento de fazer as alterações devidas para ser capaz de atender as demandas do campo e poderá se seguir rumo à concretização de uma educação democrática e à luz da emancipação política e humana.

Referências

BEZERRA, L. C. S. **A análise do projeto político pedagógico como instrumento de reflexão da escola como comunidade em cursos de formação de professores** Pesquisas em Discurso Pedagógico 2015.1. Disponível em <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/24803/24803.PDF>, acesso em 18/01/2019.

BORCK I. Análise do Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual do Campo Bom Jesus do Monte.

BRASIL. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo, Resolução CNE/CEB no 01 de 03 de abril de 2002. Ministérios da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD.

_____. Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002, Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em 18/01/2019

CALDART, R S. A escola do campo em movimento. **Currículo sem fronteiras**, v.3, n.1, PP.60-81, jan/jun 2003.

_____. **Elementos para construção do projeto político pedagógico da educação do campo.** Trabalho necessário, artigo, p. 1-16. 2008.

CUNHA, Maria Isabel da. **O bom professor e sua prática.** 16. ed. Campinas, SP: Papiurus, 2004

DAMASCENO, M. N.; SILVA, I. M. **Saber da prática social e saber escolar:** Refletindo essa relação. In: Anais da 19ª ANPED, 1996 (disq.). DEWEY, John. **Experiência e educação.** 3.ed. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996

FUSARI, J. C. **A construção da proposta educacional e do trabalho coletivo na unidade escolar.** Série Ideias, São Paulo, n. 16, p. 69-77, 1993.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

GADOTTI, M. **Pressupostos do projeto pedagógico.** Cadernos Educação Básica - O projeto pedagógico da escola. Atualidades pedagógicas. MEC/FNUAP, 1994.

MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. **Currículo, cultura e sociedade.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SOUZA, M. A. **Educação do campo:** políticas, práticas pedagógicas e produção científica. Ed. Soc., Campinas, Vol. 29, n. 105, p. 1089- 1111, set./dez./2008. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 21/03/2019

VEIGA, I. P. A. **Projeto Político Pedagógico da Escola:** Uma Construção coletiva. Campinas. São Paulo: Papyrus, 1995.

SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S):

Eduarda de Jesus Fonseca

Graduanda do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Matemática Ciências da Natureza pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia- UFRB. Bolsista do Programa Residência Pedagógica. E-mail: eduardafonseca0304@gmail.com

Elezanne de Jesus Fonseca

Graduanda do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Matemática Ciências da Natureza pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia- UFRB. Bolsista do Programa Residência Pedagógica. E-mail: elezannefonseca@gmail.com

Mariluze Gonçalves de Cerqueira

Graduanda do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Matemática Ciências da Natureza pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia- UFRB. Bolsista do Programa Residência Pedagógica. E-mail: mariluzecerqueira0095@gmail.com

Rita Nogueira

Licenciada em Ciências Biológicas pela Faculdade de Tecnologia e Ciências. Preceptora do Programa Residência Pedagógica - CAPES. Email: nogueiraritanogueira@hotmail.com

Klayton Santana Porto

Doutor e mestre em Ensino, Filosofia e História das Ciências pela Universidade Federal da Bahia. Docente e orientador do Programa Residência Pedagógica do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com habilitações Ciências da Natureza e Matemática da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail: klaytonledoc@gmail.com